



SMBC BANCO SUMITOMO MITSUI
BRASILEIRO S.A.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS **2018**

Semestres findos em 30 de junho de 2018 e 2017

ÍNDICE

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	3
BALANÇOS PATRIMONIAIS	3
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO	4
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	4
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	4
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	5
RELATÓRIO SEMESTRAL DAS ATIVIDADES DO COMITÊ DE AUDITORIA - 2º SEMESTRE DE 2017	12
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	13

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas: Em cumprimento às disposições legais, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2018, cujo lucro acumulado no exercício foi de R\$ 29.095 mil (R\$ 18.731 mil em 30 de junho de 2017), os ativos totais, R\$7.804.466 mil (R\$ 7.072.822 mil em 30 de junho de 2017) e a carteira de crédito R\$ 1.722.080 mil (R\$ 2.159.223 mil em 30 de junho de 2017). Permanecemos à disposição de V.Sas., para quaisquer esclarecimentos que se acharem necessários, informando ainda que, todos os documentos contábeis suporte dessas demonstrações financeiras se encontram na sede deste estabelecimento.

São Paulo, 24 de agosto de 2018

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Semestres findos em 30 de junho de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota explicativa	2018	2017	Passivo	Nota explicativa	2018	2017
Circulante		6.048.145	4.777.759	Circulante		4.382.114	3.688.099
Disponibilidades		46.391	24.241	Depósitos	13	2.404.190	2.307.131
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	2.416.586	2.884.256	Depósitos à vista		77.826	81.418
Aplicações no mercado aberto		2.110.165	2.379.988	Depósitos a prazo		2.323.403	2.225.712
Aplicações em depósitos interfinanceiros		101.296	199.914	Depósitos em moeda estrangeira		2.961	1
Aplicações em moeda estrangeira		205.125	304.354	Captações no mercado aberto	14	21.701	141.379
Titulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		852.028	418.159	Carteira de terceiros		21.701	141.379
Carteira própria	6.a	330.818	37.296	Relações interfinanceiras		638	951
Vinculados Prestação de Garantias	6.d	515.465	373.641	Recebimentos e pagamentos a liquidar		638	951
Instrumentos Financeiros Derivativos	6.b	5.745	7.222	Relações interdependências		30.748	46.591
Relações interfinanceiras		687.192	259.917	Recursos em trânsito de terceiros		30.748	46.591
Créditos vinculados		687.192	259.917	Obrigações por empréstimos	15.a	597.546	338.046
Pagamentos e recebimentos a liquidar		5	21	Empréstimos no exterior		597.546	338.046
Depósitos no Banco Central		1.678	1.932	Obrigações por repasses no país	15.c	—	146.427
Repasse interfinanceiros	7	688.476	258.331	Repasse no país - BNDES/FINAME		—	146.427
Provisão para perdas em Repasses Interfinanceiros	7	(3.218)	(869)	Obrigações por repasses do exterior	15.b	425.998	455.834
Correspondentes no país		251	502	Repasse do exterior		425.998	455.834
Operações de crédito	8	897.884	816.205	Instrumentos financeiros derivativos	6.b	15.925	37.983
Setor privado		899.141	823.296	Instrumentos financeiros derivativos		15.925	37.983
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(1.257)	(7.091)	Outras obrigações		885.368	213.757
Outros créditos		1.146.825	373.964	Cobrança e arrecadação de tributos e semelhantes		2.675	2.955
Carteira de câmbio	9	1.122.643	387.594	Carteira de câmbio	9	764.374	144.179
Rendas a receber		2.412	1.932	Sociais e estatutárias	18.b	1.332	1.123
Negociação e Intermediação de Valores		9.067	819	Fiscais e previdenciárias	16.a	48.625	39.450
Diversos	10	13.210	9.575	Negociação e intermediação de valores		1.591	1.103
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa		(507)	(25.956)	Dívidas subordinadas	16.c	5.527	3.382
Outros valores e bens	11	1.239	1.017	Diversos	16.b	61.244	21.565
Despesas antecipadas		1.207	789	Exigível a longo prazo		2.447.186	2.474.009
Bens não de uso próprio		—	200	Obrigações por empréstimos	15.a	—	254.451
Material em estoque		32	28	Empréstimos no exterior		—	254.451
Realizável a longo prazo		1.745.971	2.288.447	Obrigações por repasses no país	15.c	6.507	6.507
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	536.038	354.874	Repasse no país - BNDES/FINAME		6.507	6.507
Aplicações em depósitos interfinanceiros		536.038	354.874	Obrigações por repasses do exterior	15.b	1.564.790	1.399.507
Titulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		549.368	672.123	Repasse do exterior		1.564.790	1.399.507
Carteira própria	6.a	548.243	195.115	Instrumentos financeiros derivativos	6.b	102.365	107.099
Vinculados Prestação de Garantias	6.d	—	431.886	Instrumentos financeiros derivativos		102.365	107.099
Instrumentos Financeiros Derivativos	6.b	1.125	45.122	Outras obrigações		773.524	706.445
Relações Interfinanceiras	7	94.432	119.051	Fiscais e previdenciárias	16.a	—	12.510
Repasse interfinanceiros		94.452	119.074	Dívidas subordinadas	16.c	771.160	661.640
Provisão para perdas em Repasses Interfinanceiros		(20)	(23)	Diversos	16.b	2.364	32.295
Operações de crédito	8	509.907	1.085.064	Resultado de exercícios futuros		4.860	3.708
Setor privado		511.919	1.087.765	Resultados de exercícios futuros		4.860	3.708
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(2.012)	(2.701)	Patrimônio líquido		970.305	907.006
Outros créditos		55.860	57.322	Capital Social	18	793.819	758.819
Diversos	10	55.860	57.322	De domiciliados no país		2	2
Outros valores e bens	11	366	13	De domiciliados no exterior		793.817	758.817
Despesas antecipadas		366	13	Reservas de lucros		173.810	147.806
Permanente		10.348	6.616	Ajuste ao valor de mercado - Titulos e valores mobiliários	6.a	(130)	(220)
Investimentos		123	123	Ajuste Passivos Atuariais	24	(5.585)	(234)
Outros investimentos no país		123	123	Ajustes variação cambial investimento no exterior		8.391	835
Imobilizado de uso	12	3.266	4.012	Total do passivo		7.804.465	7.072.822
Outras imobilizações de uso		9.567	9.332				
Depreciações acumuladas		(6.301)	(5.320)				
Intangível		6.960	2.481				
Ativos Intangíveis		16.089	10.960				
Amortizações acumuladas		(9.129)	(8.479)				
Total do ativo		7.804.465	7.072.822				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO

Semestres findos em 30 de junho de 2018 e 2017
(Em milhares de Reais, exceto o lucro por lote de mil ações)

		2018	2017
	Nota explicativa	1º Semestre	1º Semestre
Receitas da intermediação financeira		<u>492.336</u>	<u>262.618</u>
Operações de crédito	20.a	100.077	88.634
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	20.b	128.304	203.739
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	20.c	164.423	(47.871)
Resultado de operações de câmbio	20.d	99.532	18.066
Despesas da intermediação financeira		<u>(409.332)</u>	<u>(181.103)</u>
Operações de captação no mercado	20.e	(74.272)	(121.327)
Operações de empréstimos e repasses	20.f	(343.790)	(51.177)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	8.e	8.730	(8.599)
Resultado bruto da intermediação financeira		<u>63.922</u>	<u>81.515</u>
Outras receitas (despesas) operacionais		<u>(31.589)</u>	<u>(34.224)</u>
Receitas de prestação de serviços	20.g	18.003	15.782
Despesas de pessoal	20.h	(33.053)	(27.642)
Outras despesas administrativas	20.i	(15.445)	(15.332)
Despesas tributárias	20.j	(5.373)	(6.048)
Outras receitas operacionais	20.k	6.504	9.710
Outras despesas operacionais	20.l	(2.225)	(10.694)
Resultado operacional		<u>51.415</u>	<u>47.291</u>
Resultado não operacional	20.m	<u>108</u>	<u>24</u>
Resultado antes da tributação		<u>51.524</u>	<u>47.315</u>
Imposto de renda e contribuição social	19	<u>(21.225)</u>	<u>(27.763)</u>
Imposto de Renda		(8.115)	(10.181)
Contribuição Social		(6.333)	(8.052)
Ativo Diferido Fiscal		(6.777)	(9.530)
Participações estatutárias		<u>(1.203)</u>	<u>(821)</u>
Lucro líquido do semestre		<u>29.095</u>	<u>18.731</u>
Quantidade de ações		<u>793.819</u>	<u>706.992</u>
Lucro por lote de mil ações - R\$		<u>36,65</u>	<u>26,49</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Semestres findos em 30 de junho de 2018 e 2017
(Em milhares de Reais)

		Banco	
		2018	2017
		1º Semestre	1º Semestre
Fluxo de caixa de atividades operacionais			
Lucro líquido no semestre antes da tributação e das participações		<u>51.524</u>	<u>47.315</u>
Ajustes inclusos que não afetam o fluxo de caixa:			
Depreciações e amortizações		1.028	848
Provisão (reversão) para contingências		1.355	(923)
Provisão (reversão) para créditos de liquidação duvidosa		(8.730)	8.599
Provisão (reversão) para garantias		(1.003)	4.303
Provisão (reversão) para repasses interfinanceiros		1.380	(1.134)
Participações estatutárias		(1.203)	(821)
Imposto de renda e contribuição social		(21.225)	(27.763)
Lucro líquido antes das mudanças no capital de giro		<u>23.126</u>	<u>30.424</u>
Variação de ativos e passivos:			
(Aumento) Redução de aplicações interfinanceiras de liquidez		(224.856)	(160.975)
(Aumento) Redução em títulos e valores mobiliários		(22.013)	(55.581)
(Aumento) Redução em relações interfinanceiras		(155.704)	356.742
(Aumento) Redução em operações de crédito		251.847	325.216
(Aumento) Redução em outros créditos		(708.810)	(10.844)
(Aumento) Redução em outros valores e bens		(254)	183
Aumento (Redução) em depósitos		245.629	149.054
Aumento (Redução) em captações no mercado aberto		(196.391)	120.971
Aumento (Redução) em relações interdependências		(19.489)	23.408
Aumento (Redução) em outras obrigações		591.079	(85.716)
Aumento (Redução) em instrumentos financeiros derivativos		(8.601)	27.914
Aumento (Redução) em resultados de exercícios futuros		777	159
Aumento (Redução) em obrigações por empréstimos e repasses		456.302	(543.658)
Aumento (Redução) ajuste patrimonial títulos e valores mobiliários e CVM 600		7.316	243
Imposto de renda e contribuição social pagos		(13.841)	(8.654)
Caixa líquido proveniente das (usado nas) atividades operacionais		<u>226.117</u>	<u>168.886</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimento:			
Alienação/aquisição de imobilizado de uso (-)		(376)	(14)
Aplicações no intangível (-)		(5.086)	-
Caixa líquido proveniente das (usado nas) atividades de investimento		<u>(5.462)</u>	<u>(14)</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamento:			
Aumento (redução) instrumentos de dívida subordinada elegíveis a capital		111.407	9.949
Integralização de Capital		35.000	51.828
Caixa líquido proveniente das (usado nas) atividades de financiamento		<u>146.407</u>	<u>61.777</u>
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa		<u>367.062</u>	<u>230.649</u>
Disponibilidades		31.275	32.306
Aplicações interfinanceiras de liquidez		1.963.344	2.453.889
Caixa e equivalentes a caixa no início do semestre/exercícios		<u>1.994.619</u>	<u>2.486.195</u>
Disponibilidades		46.391	24.241
Aplicações interfinanceiras de liquidez		2.315.290	2.692.603
Caixa e equivalentes a caixa no final do semestre/exercícios		<u>2.361.681</u>	<u>2.716.844</u>
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa		<u>367.062</u>	<u>230.649</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Semestres findos em 30 de junho de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	Capital realizado	Reserva Lucros		Ajustes de avaliação patrimonial		Lucros/(Prejuízos)	
			Legal	Estatutárias	Próprios	Ajuste Passivos Atuariais	Ajuste variação cambial Investimentos no Exterior	acumulados
								Total
Saldos em 31 de dezembro de 2016		706.992	6.406	121.719	(462)	(234)	835	834.421
Aumento Capital		51.827	-	-	-	-	-	51.827
Ajuste ao valor de mercado - títulos e valores mobiliários e derivativos		-	-	-	242	-	-	242
Resolução 4.524		-	-	-	-	-	835	835
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	18.731
Reserva legal	18.c	-	937	-	-	-	-	(937)
Reserva estatutária	18.d	-	-	18.744	-	-	-	(17.794)
Saldos em 30 de junho de 2017		758.819	7.343	140.463	(220)	(234)	835	907.006
Saldos em 31 de dezembro de 2017		758.819	9.187	135.528	(70)	(5.322)	752	898.894
Aumento Capital		35.000	-	-	-	-	-	35.000
Ajuste ao valor de mercado - títulos e valores mobiliários e derivativos		-	-	-	(60)	-	-	(60)
Ajuste passivos atuariais		-	-	-	-	(263)	-	(263)
Ajuste variação cambial Investimentos no Exterior		-	-	-	-	-	7.639	7.639
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	29.095
Reserva legal	18.c	-	1.455	-	-	-	-	(1.455)
Reserva estatutária	18.d	-	-	27.640	-	-	-	(27.640)
Saldos em 30 de junho de 2018		793.819	10.642	163.168	(130)	(5.585)	8.391	970.305

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A. ("Banco") está constituído como banco múltiplo, operando as carteiras comercial, inclusive operações de câmbio, e de investimento, nos termos da Resolução nº 1.524/88 do Conselho Monetário Nacional - CMN. No semestre findo em 30 de junho de 2018 foi deliberado e aprovado o encerramento dos fundos de investimento nos quais o banco possuía responsabilidade como administrador. Em 18 de janeiro de 2012, o Banco recebeu autorização do Banco Central do Brasil, para a instalação de uma agência nas Ilhas Cayman. A documentação de aprovação para a instalação da agência foi emitida em 08 de janeiro de 2013. O Banco iniciou efetivamente, as atividades operacionais na agência em setembro de 2013. Os saldos contábeis das dependências no exterior estão contemplados nas demonstrações financeiras.

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As práticas contábeis adotadas para a contabilização das operações e para elaboração das demonstrações financeiras emanam da Lei das Sociedades por Ações, consideram as alterações trazidas pela Lei nº 11.638/07 e a Lei nº 11.941/08, associadas às normas e instruções do Banco Central do Brasil - BACEN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF. Na elaboração dessas demonstrações financeiras foram utilizadas premissas e estimativas de preços para a contabilização e determinação dos valores ativos e passivos. Dessa forma, quando da efetiva liquidação financeira desses ativos e passivos, os resultados auferidos poderão vir a ser diferentes dos estimados. Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo Banco Central do Brasil são: • Resolução CMN nº 3.566/08 - Redução ao valor recuperável de ativos (CPC 01); • Resolução CMN nº 3.604/08 - Demonstração do fluxo de caixa (CPC 03); • Resolução CMN nº 3.750/09 - Divulgação de partes relacionadas (CPC 05); • Resolução CMN nº 3.823/09 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes (CPC 25); • Resolução CMN nº 3.973/11 - Evento subsequente (CPC 24); • Resolução CMN nº 3.989/11 - Pagamento baseado em ações (CPC 10); • Resolução CMN nº 4.007/11 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro (CPC 23); • Resolução nº 4.144/12 - Pronunciamento Conceitual Básico (R1); • Resolução nº 4.424/15 - Benefícios a empregados (CPC 33); • Resolução CMN nº 4.524/16 - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis (CPC 02); • Resolução CMN nº 4.534/16 - Ativo Intangível (CPC 04); • Resolução CMN nº 4.535/16 - Ativo Imobilizado (CPC 27). A autorização para emissão das demonstrações financeiras encerradas em 30 de junho de 2018 foi concedida pela Diretoria em 22 de agosto de 2018.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

O Banco adota as seguintes principais práticas contábeis na elaboração de suas demonstrações financeiras:

a. Moeda funcional e moeda de apresentação: A moeda funcional e de apresentação do Banco é o Real. As operações realizadas pela agência no exterior (Cayman) possuem como moeda funcional Dólar, porém para efeito da apresentação e consolidação no Banco o valor é convertido para reais de acordo com a taxa de câmbio de venda informada pelo Banco Central do Brasil. O efeito da variação cambial resultante da conversão de transações em moeda estrangeira e de demonstrações financeiras investidas no exterior são registradas em contas destacadas do patrimônio líquido de acordo com a Resolução 4.524/16. **b. Apuração do resultado:** As receitas e despesas são apropriadas de acordo com o regime de competência, observando-se o critério "pro rata die" para as de natureza financeira. As receitas e despesas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados, ou relacionados com operações no exterior, as quais são calculadas com base no método linear. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço. **c. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, estrangeira e aplicações no mercado aberto, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. **d. Aplicações interfinanceiras de liquidez:** As aplicações interfinanceiras de liquidez são apresentadas pelo valor de aplicação, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço. **e. Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos: Títulos e valores mobiliários:** De acordo com a Circular BACEN nº 3.068, de 8 de novembro de 2001, os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção da Administração, nas seguintes categorias: • **Títulos para negociação** - Títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do exercício. • **Títulos disponíveis para venda** - Títulos e valores mobiliários que não se enquadram na categoria de títulos para negociação nem são mantidos até o vencimento são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, pelo valor líquido dos efeitos tributários. • **Títulos mantidos até o vencimento** - Títulos e valores mobiliários para os quais há intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento são avaliados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do exercício. **Instrumentos financeiros derivativos:** O Banco realiza operações com instrumentos financeiros derivativos visando à proteção das variações de preços de mercado e diluição de riscos de moedas e de taxas de juros de seus ativos e passivos e fluxos de caixa contratados por prazos, taxas e montantes compatíveis. Instrumentos Financeiros Derivativos são usados como ferramenta de transferência de risco com o objetivo de cobertura das posições das carteiras de não negociação (*Banking Book*) e de negociação (*Trading Book*). Adicionalmente, derivativos de alta liquidez transacionados em Bolsa de Valores são usados, dentro dos limites estreitos e periodicamente revistos, com o objetivo de gerenciar exposições na carteira de negociação. Visando administrar os riscos decorrentes, foram determinados limites internos para exposição global e por carteiras. Esses limites são acompanhados diariamente. Considerando a eventual possibilidade de existência de limites excedidos em decorrência de situações não previstas, a administração definiu políticas internas que implicam na imediata definição das condições de realinhamento. Esses riscos são monitorados por área independente das áreas operacionais e são reportados diariamente à alta administração. De acordo com a Circular BACEN nº 3.082, de 30 de janeiro de 2002, e a Carta-Circular BACEN nº 3.026, de 5 de julho de 2002, os instrumentos financeiros derivativos são compostos por operações de *Swap* e *Non Deliverable Forward* e também Futuros, contabilizados com os seguintes critérios: - Operações com futuros: Os ajustes diários são contabilizados em conta de ativo e passivo e apropriados diariamente como receitas e despesas. - Operações *Swap* e *Non Deliverable Forward*: Diferencial a receber ou a pagar contabilizado em conta de ativo ou passivo, respectivamente, apropriado como receita ou despesa "pro rata die" até a data do balanço. As operações com instrumentos derivativos, efetuadas por solicitação de clientes ou por conta própria, que atendam ou não aos critérios de proteção (*hedge*) à exposição global de riscos e que não caracterizem como operações associadas de acordo com as premissas divulgadas pela Circular nº 3.150/2002 do BACEN, são avaliadas pelo valor de mercado, contabilizando a valorização ou desvalorização conforme segue: • Instrumentos financeiros derivativos não considerados como *hedge*, em conta de receita ou despesa, no resultado do semestre/exercício. • Instrumentos financeiros considerados como *hedge*: - De risco de mercado são destinados a compensar os riscos decorrentes da exposição à variação no valor de mercado do item objeto de *hedge* e a sua valorização ou desvalorização é contabilizada em contrapartida às contas de receita ou despesa, no resultado do semestre/exercício. - De fluxo de caixa são destinados a compensar a variação no fluxo de caixa futuro estimado e a sua valorização ou desvalorização é contabilizada em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido. - No momento da designação inicial do *hedge*, a instituição formalmente documenta o relacionamento entre os instrumentos de *hedge* e os itens objeto de *hedge*, incluindo os objetivos de gerenciamento de riscos e a estratégia na condução da transação de *hedge*, juntamente com os métodos que serão utilizados para avaliar a efetividade do relacionamento de *hedge*, considerando métodos de cálculo convencionais. A instituição faz uma avaliação, tanto no início do relacionamento de *hedge*, como continuamente, se existem uma expectativa que os instrumentos de *hedge* sejam altamente eficazes na

compensação de variações no valor de mercado dos respectivos itens objeto e *hedge* durante o período para o qual o *hedge* é designado, e se os resultados reais de cada *hedge* estão dentro da faixa de 80-125 por cento. Os respectivos itens objeto de "hedge" também são ajustados ao valor de mercado na data de balanço. **f. Operações de crédito e provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa:** As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da administração quanto ao nível de risco, conforme política do Banco que leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à cada operação, seus devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (perda). O Banco possui políticas e procedimentos definidos para concessão de crédito, aprovados por seu Comitê de Crédito e incorporados aos sistemas de controles internos do Banco. Tais políticas e procedimentos determinam a necessidade de avaliação de dados dos clientes para definição do "Obligor Grade" - "grading" do cliente, considerando os aspectos qualitativos e quantitativos. As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, só são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As operações classificadas como nível "H" (100% de provisão) permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão existente e que estavam controladas em contas de compensação são classificadas como nível "H" e os eventuais ganhos provenientes da renegociação só são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos. Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança de nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco. O Banco contabiliza provisão sobre as garantias prestadas e operações de fianças, utilizando como critério, as mesmas políticas, observando, no mínimo, as premissas estabelecidas na Resolução nº 2.682, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à cada operação e seus devedores, conforme já mencionado acima. **g. Outros ativos circulante e realizável a longo prazo:** São demonstrados pelos valores de custo, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajustes ao valor de realização. **h. Ativo imobilizado:** É demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas até a data de encerramento do exercício. A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com taxas anuais que contemplem o prazo de vida útil-econômica estimada dos bens. As principais taxas anuais de depreciação são 20% para veículos e equipamentos de processamento de dados e 10% para outros bens. **i. Ativo diferido:** É demonstrado pelo custo de aquisição ou formação, deduzido da amortização acumulada calculada até a data de encerramento do semestre/exercício, amortizados pelo prazo contratual de locação. **j. Ativo intangível:** O ativo intangível corresponde aos gastos com aquisições e desenvolvimentos de sistemas, amortizados linearmente pela taxa anual de 20% e por benfeitorias em imóveis de terceiros que é demonstrado pelo custo de aquisição ou formação, deduzido da amortização acumulada calculada até a data de encerramento do semestre/exercício, amortizados pelo prazo contratual de locação. **k. Redução do valor recuperável de ativos não monetários:** É reconhecida uma perda por *impairment* se o valor de contabilização de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos. Perdas por *impairment* são reconhecidas no resultado do período em que forem observadas. Os valores dos ativos não financeiros, exceto os créditos tributários, são revistos, no mínimo, anualmente para determinar se há alguma indicação de perda por *impairment*. **l. Atualização monetária de direitos e obrigações:** Os direitos e as obrigações, legal ou contratualmente sujeitos à variação cambial ou de índices, são atualizados até a data do balanço. As contrapartidas dessas atualizações são refletidas no resultado do semestre/exercício. **m. Depósitos e captações no mercado aberto:** Os depósitos e as captações no mercado aberto são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base "pro rata die". **n. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais:** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e das obrigações legais (fiscais e previdenciárias) são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823/09, a qual aprovou o CPC nº 25 emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Os critérios utilizados pela administração para mensuração e divulgação dos ativos e passivos contingentes são: • **Ativos contingentes** - Não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização. • **Contingências passivas** - São reconhecidas nas demonstrações financeiras quando da existência de uma obrigação presente como resultado de um evento passado e com base na opinião de assessores jurídicos e da administração for considerado provável uma saída de recurso que incorporem os benefícios econômicos para liquidar esta obrigação, e sempre que os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Para contingências trabalhistas, as provisões são constituídas a partir da decisão estabelecida em primeira instância em vara trabalhista. • **Obrigações legais - Fiscais e previdenciárias** - Referem-se a demandas judiciais, nas quais estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas demonstrações financeiras e atualizados de acordo com a legislação vigente. Os passivos contingentes são divulgados em notas explicativas, a menos que seja remota a possibilidade de ocorrer qualquer desembolso na liquidação. Os depósitos judiciais são mantidos em conta de ativo, atualizados com base nos extratos bancários dos mesmos, sem dedução das provisões para passivos contingentes e obrigações legais, em atendimento às normas do BACEN. **o. Imposto de renda e contribuição social:** A provisão para imposto de renda é calculada à alíquota de 15%, com um adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 no exercício, ajustado pelas adições e exclusões previstas na legislação. A contribuição social apurada sobre o lucro ajustado na forma da legislação em vigor à alíquota de 20% de acordo com a Instrução Normativa nº 1.591. Os créditos tributários são constituídos com base nas disposições constantes na Resolução nº 3.059 de 31 de dezembro de 2002 e na Resolução nº 3.355 de 31 de março de 2006, do Conselho Monetário Nacional que determinam que a Instituição deve atender, cumulativamente, para registro e manutenção contábil de créditos tributários decorrentes de prejuízo fiscal de imposto de renda, base negativa de contribuição social e aqueles decorrentes de diferenças temporárias, as seguintes condições: Apresentar histórico de lucros ou receitas tributáveis para fins de imposto de renda e contribuição social, no mínimo, em três exercícios dos últimos cinco exercícios sociais, incluindo o exercício em referência; Expectativa de geração de lucros tributáveis futuros para fins de imposto de renda e contribuição social, conforme o caso, em períodos subsequentes, baseada em estudos técnicos que permitam a realização do crédito tributário em um prazo máximo de dez anos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social foram computados às alíquotas de 25% para o imposto de renda e 20% para contribuição social sobre o lucro e estão apresentados como "Créditos Tributários" conforme demonstrado na nota explicativa nº 19b. O impacto referente à majoração da contribuição social para 20% até 31 de dezembro de 2018 conforme Instrução Normativa nº 1.591 foi considerado somente para o período estimado da sua realização conforme estudo técnico elaborado. Os benefícios fiscais provenientes do direito de compensação de outras diferenças temporárias somente são reconhecidos quando efetivamente utilizados, conforme explicado na nota explicativa nº 19c. **p. Plano de benefícios a funcionários:** O plano de benefícios pós-emprego compreende o compromisso assumido pelo Banco de complemento dos benefícios do sistema de previdência. **Plano de Benefício Definido:** Para esta modalidade de plano, a obrigação da Patrocinadora é a de fornecer os benefícios pactuados junto aos empregados, assumindo o potencial risco atuarial de que os benefícios venham a custar mais do que o esperado. A deliberação CVM nº 695, de 13 de dezembro de 2012, aprovou o Pronunciamento Técnico CPC nº 33 (R1), que trata de benefícios a empregados, em conformidade com as alterações nas Normas Internacionais de Contabilidade IAS 19. O Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) estabeleceu alterações fundamentais na contabilização e divulgação dos benefícios a empregados como a remoção do mecanismo do corredor no registro das obrigações dos planos, bem como alterações no critério de reconhecimento dos ativos dos planos (valorizações e desvalorizações). A adoção do



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Em milhares de Reais)

referido Pronunciamento se aplica ao exercício iniciado a partir de 1º de janeiro de 2015, sendo os efeitos registrados contabilmente de forma retrospectiva, como alteração de práticas contábeis. A adoção desta nova prática contábil implicará, fundamentalmente, no reconhecimento integral em conta de passivo das perdas atuariais (déficit atuarial), em contrapartida de conta do patrimônio líquido, líquidos dos efeitos tributários. O valor presente de obrigação de benefício definido é o valor presente sem a dedução de quaisquer ativos do plano, dos pagamentos futuros esperados necessários para liquidar a obrigação resultante do serviço do empregado nos períodos corrente e passados. O Banco Central emitiu em 25 de junho de 2015 a Resolução nº 4.424 onde ele define que as instituições financeiras devem observar a partir de 1º de janeiro de 2016 o "Pronunciamento Técnico CPC33 (R1). O Banco adota as premissas e os efeitos da adoção do CPC 33 (R1) desde 2013.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O caixa e equivalentes de caixa apresentados na demonstração dos fluxos de caixa estão compostos da seguinte forma:

	2018	2017
Disponibilidades	46.391	24.241
Aplicações interfinanceiras de liquidez	2.315.290	2.692.603
Total de caixa e equivalentes de caixa	2.361.681	2.716.844

5. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

As aplicações no mercado aberto, em 30 de junho de 2018 e de 2017, estão compostas como segue:

	2018			
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total
Aplicações no mercado aberto	2.110.165	—	—	2.110.165
Posição bancada	2.088.465	—	—	2.088.465
Letras Tesouro Nacional	988.381	—	—	988.381
Notas do Tesouro Nacional - Série B	1.100.084	—	—	1.100.084
Posição financiada	21.700	—	—	21.700
Letras Tesouro Nacional	21.700	—	—	21.700
Aplicações de depósitos interfinanceiros	—	101.296	536.038	637.334
Não ligadas	—	101.296	536.038	637.334
Aplicações em moedas estrangeiras	205.125	—	—	205.125
Total	2.315.290	101.296	536.038	2.952.624

	2017			
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total
Aplicações no mercado aberto	2.379.988	—	—	2.379.988
Posição bancada	2.238.609	—	—	2.238.609
Letras Tesouro Nacional	1.838.620	—	—	1.838.620
Letras Financeiras do Tesouro	399.989	—	—	399.989
Posição financiada	141.379	—	—	141.379
Letras Tesouro Nacional	141.379	—	—	141.379
Aplicações de depósitos interfinanceiros	8.261	191.653	354.874	554.788
Não ligadas	8.261	191.653	354.874	554.788
Aplicações em Moeda Estrangeira	304.354	—	—	304.354
Total	2.692.603	191.653	354.874	3.239.130

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

a. Títulos e valores mobiliários: O Banco não adota como estratégia de atuação adquirir títulos e valores mobiliários com o propósito de negociá-los de forma ativa e frequente. Dessa forma, a carteira de títulos e valores mobiliários, em 30 de junho de 2018 e de 2017, está classificada na categoria títulos disponíveis para venda e está apresentada como segue:

	2018				
	Valor de Mercado				
	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	Acima de 180 dias	Total	(*) Ajuste a valor de mercado
Títulos disponíveis para venda					
Carteira própria:					
Letras Financeiras do Tesouro	230.367	100.451	547.624	878.442	(182)
Cotas de fundos de participação - FIP	—	—	619	619	(22)
	230.367	100.451	548.243	879.061	(204)
Vinculados à prestação de garantias					
Letras Financeiras do Tesouro	515.465	—	—	515.465	(33)
	515.465	—	—	515.465	(33)
Total	745.832	100.451	548.243	1.394.526	(237)

	2017				
	Valor de custo (contábil)				
	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	Acima de 180 dias	Total	(*) Ajuste a valor de mercado
Títulos disponíveis para venda					
Carteira própria:					
Letras Financeiras do Tesouro	22.301	14.995	194.601	231.897	(26)
Cotas de fundos de participação - FIP	—	—	514	514	(122)
	22.301	14.995	195.115	232.411	(148)
Vinculados à prestação de garantias					
Letras Financeiras do Tesouro	—	373.641	431.885	805.527	(229)
	—	373.641	431.885	805.527	(229)
Total	22.301	388.636	627.000	1.037.938	(377)

(*) Os títulos classificados na categoria disponíveis para venda possuem o valor de ajuste a valor de mercado registrado em contas de patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários. O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários são apurados da seguinte forma: **• Títulos indexados a Taxas SELIC e DI** - O valor de mercado é obtido pela atualização do preço unitário de emissão pela SELIC acumulada no período, considerando o ágio ou deságio obtido junto ao mercado. O ágio ou deságio utilizado é obtido diariamente da expectativa da ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades do Mercado Financeiro e de Capitais para cada vencimento no dia anterior ao cálculo. **• Títulos indexados a taxas prefixadas** - O valor de mercado é obtido através da taxa de desconto do(s) fluxo(s) futuro de pagamento do papel. A taxa é apurada através da curva de juros pré da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão. **• Cotas de fundos de investimentos** - O fundo de investimento é avaliado com base no último valor de cota divulgada na data do balanço do patrimônio do respectivo fundo, divulgados pelo administrador. Os títulos públicos são escriturais e estão registrados no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia do Banco Central do Brasil (SELIC). **b. Instrumentos financeiros derivativos:** Os instrumentos derivativos, compostos de operações de Swap e Non Deliverable Forward - NDF, encontram-se custodiados na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão nas modalidades bolsa e balcão. A partir de março de 2016, o Banco passou a operar no mercado de futuros, através da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão. Abaixo segue os instrumentos

financeiros derivativos explanados acima, registrados em contas patrimoniais e de compensação, em 30 de junho de 2018 e 2017:

	2018		2017	
	Valor a Receber	Valor a Pagar	Valor Nominal	Valor Nominal
Operações de SWAP	1.125	(98.451)	588.993	895.805
CDI x DÓLAR	—	—	—	375.104
CDI x LIBOR	—	(33.778)	157.815	—
CDI x PRÉ	—	(505)	6.850	10.832
DÓLAR x CDI	—	(58.799)	339.518	502.369
PRÉ x DÓLAR	—	(5.369)	77.310	—
PRÉ x CDI	1.125	—	7.500	7.500
Operações de NDF	5.745	(11.725)	500.690	262.197
DÓLAR x DÓLAR	—	—	—	52.372
PRÉ x DÓLAR	3.674	(9.210)	411.264	155.001
PRÉ x IENE	2.071	(2.496)	86.103	54.824
PRÉ x EURO	—	(19)	3.323	—
Total	6.870	(110.176)	1.089.683	1.158.002

1 - Composição de valor nominal por vencimento

	2018			
	Valor Nominal			
	Até 90 dias	De 91 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Operações de SWAP	3.901	11.192	573.900	588.993
CDI x DÓLAR	—	—	—	—
CDI x LIBOR	—	—	157.815	157.815
CDI x PRÉ	946	2.516	3.388	6.850
DÓLAR x CDI	2.955	8.676	327.887	339.518
PRÉ x DÓLAR	—	—	77.310	77.310
PRÉ x CDI	—	—	7.500	7.500
Operações de NDF	379.458	121.232	—	500.690
DÓLAR x DÓLAR	—	—	—	—
PRÉ x DÓLAR	350.558	60.706	—	411.264
PRÉ x IENE	25.577	60.526	—	86.103
PRÉ x EURO	3.323	—	—	3.323
Total	383.359	132.424	573.900	1.089.683

2 - Composição do valor nominal por local de negociação

	2018		2017	
	Bolsa	Balcão	Valor nominal	Valor Nominal
Swaps	353.869	235.125	588.993	895.805
NDF	43.295	457.395	500.690	262.197
Total	397.164	692.520	1.089.683	1.158.002

3 - Comparação entre valor de custo e o valor de mercado: Os ajustes diários das operações realizadas em mercado futuro bem como o resultado dos contratos de SWAP e NDF são registrados em receita ou despesa, quando auferidos, e representam seu valor de mercado atualizado.

	2018		2017	
	Valor de Custo	Não Realizadas	Valor de Mercado	Valor de Mercado
Ativo (Receber)	6.870	975	7.845	46.778
Operações de SWAP	1.125	1.563	2.688	44.592
Operações de NDF	5.745	(588)	5.157	2.186
Passivo (pagar)	(110.176)	(9.089)	(119.265)	(142.516)
Operações de SWAP	(98.451)	(7.890)	(106.341)	(139.716)
Operações de NDF	(11.725)	(1.199)	(12.924)	(2.800)
Total	(103.306)	(8.114)	(111.420)	(95.738)

	2018				
	Valor de referência (contábil)				
	Até 90 dias	De 91 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total	
Local de negociação					
B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão	586.332	532.966	1.527.823	2.647.121	
FUTUROS- Valor referencial	404.542	368.120	1.221.284	1.993.946	
Compra	80.732	224.264	1.140.125	1.445.121	
Cupom Cambial	306.906	—	—	306.906	
Moeda Estrangeira	16.904	143.856	81.159	241.919	
Taxa de Juros	181.790	164.846	306.539	653.175	
Venda	70.499	86.628	91.531	248.658	
Cupom Cambial	62.657	—	—	62.657	
Moeda Estrangeira	48.634	78.218	215.008	341.860	
Taxa de Juros	—	—	—	—	

	2017				
	Valor de referência (contábil)				
	Até 90 dias	De 91 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total	
Local de negociação					
B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão	1.379.256	751.816	1.086.063	3.217.135	
FUTUROS- Valor referencial	590.142	684.249	1.056.312	2.330.703	
Compra	126.997	619.917	1.056.312	1.803.226	
Cupom Cambial	386.349	—	—	386.349	
Moeda Estrangeira	76.796	64.332	—	141.128	
Taxa de Juros	789.114	67.567	29.751	886.432	
Venda	620.261	—	—	620.261	
Cupom Cambial	119.095	—	—	119.095	
Moeda Estrangeira	49.758	67.567	29.751	147.076	
Taxa de Juros	—	—	—	—	

A avaliação a valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos é efetuada descontando-se os valores futuros a valor presente pelas curvas de taxas de juros por metodologia de mercado à qual se baseia principalmente em dados divulgados pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão. O ajuste de marcação a mercado apurados com instrumentos financeiros derivativos referente ao semestre findo em 30 de junho de 2018 foi de R\$ 9.258 (R\$ (1.429) em 30 de junho de 2017), e registrado em contas de resultado. Os resultados apurados com instrumentos financeiros derivativos referentes aos exercícios findos em 30 de junho de 2018 e de 2017, são influenciados diretamente pelas taxas de juros de mercado praticadas por ocasião de sua negociação, bem como pela variação da taxa do dólar, estão assim compostos.

	2018			2017		
	Receita	Despesa	Líquido	Receita	Despesa	Líquido
Instrumentos financeiros derivativos	37.471	(7.405)	30.066	14.808	(30.833)	(16.025)
"Swap"	12.563	(26.632)	(14.069)	15.021	(3.005)	12.016
"NDF"	—	—	—	—	—	—
Mercado de Futuros	1.020.923	(872.497)	148.426	556.950	(600.812)	(43.862)
Total	1.070.957	(906.534)	164.423	586.779	(634.650)	(47.871)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Em milhares de Reais)

c. **"Hedge accounting"**: Em 30 de junho de 2018 e 2017, o Banco tinha operações com instrumentos financeiros derivativos com o propósito de mitigar o efeito da variação cambial das captações realizadas em moeda estrangeira e operações de crédito prefixadas em reais. Tais operações foram designadas como **hedge** contábil de risco de mercado e, foram realizadas no mercado de balcão e mercado organizado. **1 - Avaliação a valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos por faixa de vencimento e indexador**: Foi procedida avaliação a valor de mercado da captação em moeda estrangeira com operações de Swap e Futuros, designadas instrumentos de "hedge", em conformidade com a Circular BACEN nº 3.082/02.

Descrição	Indexador	Vencimentos - Valor Mercado - 2018			
		Até 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Total
Swap	Ponta: "PRÉ"	5.115	3.865	1.406	10.386
Total		5.115	3.865	1.406	10.386

Itens Objeto de "hedge"

Valor atualizado pelas condições pactuadas	9.823	177.358
Valor de mercado	10.358	177.844
Valor do ajuste	(535)	(486)

Instrumentos de "hedge"

Valor de mercado	10.386	177.849
------------------	--------	---------

Descrição	Indexador	Vencimentos - Valor Mercado - 2018			
		Até 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Total
Futuros	Cupom Cambial	296.134	973.195	165.054	1.434.383
Futuros	Taxa de Juros	-	30.666	-	30.666
Total		296.134	1.003.861	165.054	1.465.049

Itens Objeto de "hedge"

Valor atualizado pelas condições pactuadas (*)	1.524.498	1.305.310
Valor de mercado	1.490.314	1.288.850
Valor do ajuste	34.184	16.460

Instrumentos de "hedge"

Valor de mercado	1.465.049	1.289.531
------------------	-----------	-----------

(*) Refere-se a operações captação por repasses no exterior, que representa 76 % do total da conta, conforme nota explicativa nº 15b. **d. Valor e tipo de margem dados em garantia**: O montante de margem depositado em garantia das operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos na B3 - Brasil, Bolsa Balcão, em 30 de junho de 2018 e 2017 tem a seguinte composição:

Títulos disponíveis para venda	Valor de mercado	
	2018	2017
Letras Financeiras do Tesouro	371.585	626.227
Total	371.585	626.227

Demais montantes depositados em garantia, incluindo garantia de fiança, em 30 de junho de 2018 e 2017, têm a seguinte composição:

Títulos disponíveis para venda	Valor de mercado	
	2018	2017
Letras Financeiras do Tesouro	143.880	179.300
Total	143.880	179.300

O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos é calculado com base em cotações de preços de mercado ou de agentes de mercado e modelos de precificação desenvolvidos pela administração, que utilizam modelos matemáticos de interpolação de taxas para prazos intermediários.

7. RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS

Refere-se a operações de repasse de empréstimo do exterior, à Instituição Financeira no país e no exterior (agência em Cayman), e estão assim demonstradas já considerando as respectivas provisões, os valores provisionados são baseados nas premissas da Resolução 2.682 e totalizam o montante de R\$ 3.328 (R\$ 892 em 2017):

	2018	2017
A vencer:		
Até 30 dias	20.080	855
De 31 a 60 dias	288.795	9.959
De 61 a 90 dias	57.907	61
De 91 a 180 dias	279.929	240.636
De 181 a 360 dias	38.547	5.951
Acima de 360 dias	94.432	119.051
Total	779.690	376.513

8. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

As informações da carteira de operações de crédito, em 30 de junho de 2018 e 2017, estão assim demonstradas:

a. Por operação

Descrição	2018	2017
Adiantamento a depositantes	-	1
Conta garantida	20.659	15.266
Resolução nº 3.844 (antiga Resolução nº 63)	116.459	83.654
Repasses de recursos BNDES - FINAME - FINEM e EXIM - Outros	6.511	153.402
Comprovar	23.594	21.731
Capital de giro	570.437	834.938
Financiamentos para pessoa física	-	18
Financiamentos em moeda estrangeira	279.530	283.321
Notas de Créditos para Exportação - NCE	393.870	518.730
Total de operações de crédito	1.411.060	1.911.061
Adiantamento sobre contratos de câmbio (nota explicativa nº 9)	305.822	245.353
Rendas a receber sobre adiantamentos (nota explicativa nº 9)	5.198	2.809
Total da carteira de crédito	1.722.080	2.159.223

b. Por vencimento

	2018	2017
A vencer:		
Até 30 dias	81.205	194.207
De 31 a 60 dias	403.016	105.638
De 61 a 90 dias	233.372	123.781
De 91 a 180 dias	307.500	250.064
De 181 a 360 dias	185.068	360.762
Acima de 360 dias	511.919	1.087.853
Vencidas	-	36.918
Total	1.722.080	2.159.223

As operações de crédito dos 20 maiores devedores em 30 de junho de 2018 representam 93,47% da carteira de crédito (93,27% em 30 de junho de 2017), no montante de R\$ 1.609.676 (R\$ 2.013.175 em 2017).

c. Por nível de risco ("rating")

Nível de risco	% mínimo de provisão	2018		2017	
		Total das operações	% da carteira	Total das operações	% da carteira
AA	-	1.712.994	99	1.982.896	92
A	0,5	9.086	1	2.639	-
B	1,0	-	-	89	-
C	3,0	-	-	136.681	6
G	70,00	-	-	36.918	2
Total		1.722.080	100	2.159.223	100

d. Por setor de atividade

	2018	2017
Setor privado:		
Indústria	1.354.405	1.887.938
Comércio	335.887	254.488
Outros serviços	31.788	16.778
Pessoas físicas	-	19
Total	1.722.080	2.159.223

e. Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

	2018	2017
Saldo inicial	12.506	27.149
Reversão de provisão para créditos de liquidação duvidosa	(9.817)	(5.903)
Constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.087	14.502
Saldo final	3.776	35.748

9. CARTEIRA DE CÂMBIO (OUTROS CRÉDITOS E OUTRAS OBRIGAÇÕES)

As operações de câmbio estão registradas em contas patrimoniais, conforme segue:

	2018	2017
Ativo:		
Câmbio comprado a liquidar	850.765	363.119
Direitos sobre venda de câmbio	280.652	28.291
Adiantamentos em moeda nacional recebidos	(13.972)	(6.625)
Rendas a receber de adiantamentos concedidos (nota explicativa nº 8a)	5.198	2.809
Total	1.122.643	387.594
Passivo:		
Câmbio vendido a liquidar	286.097	28.366
Obrigações por compra de câmbio	784.099	361.162
Adiantamento sobre contratos de câmbio (nota explicativa nº 8a)	(305.822)	(245.353)
Valores a pagar em moeda estrangeira	-	3
Total	764.374	144.178

10. OUTROS CRÉDITOS - DIVERSOS

Estão representados pelos valores a seguir:

	2018	2017
Crédito tributário - Base negativa IR e CSLL (vide nota explicativa nº 19b)	31.352	37.759
Devedores por depósitos em garantia (vide nota explicativa nº 17)	17.007	17.010
Antecipações de imposto de renda e contribuição social	7.386	7.886
Outros créditos tributários	8.377	668
Outros	4.948	3.574
Total	69.070	66.897
Ativo circulante	13.210	9.575
Realizável a longo prazo	55.860	57.322
Total	69.070	66.897

11. OUTROS VALORES E BENS

Estão representados pelos valores a seguir:

	2018	2017
Bens não de uso próprio	-	200
Material em estoque	32	28
Despesas antecipadas	1.573	802
Total	1.605	1.030

12. IMOBILIZADO

Em 30 de junho de 2018 e 2017 está assim representado:

Descrição	Taxa anual de depreciação %	2018		2017	
		Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Sistema de processamentos de dados	20	5.734	(3.698)	2.036	2.737
Móveis e equipamentos de uso	10	1.610	(1.067)	543	640
Sistema de comunicação	10	299	(116)	183	208
Sistema de segurança	10	300	(288)	12	15
Sistema de transporte	20	1.624	(1.132)	492	412
Total		9.567	(6.301)	3.266	4.012

13. DEPÓSITOS

Composição por vencimento em 30 de junho de 2018 e 2017:

Descrição	2018			2017		
	Depósitos (*) à vista	Depósitos à prazo	Depósitos em moeda estrangeira	Depósitos (*) à vista	Depósitos à prazo	Depósitos em moeda estrangeira
Sem vencimento	77.826	-	2.961	81.418	-	1
Até 30 dias	-	67.148	-	-	36.704	-
De 31 a 60 dias	-	75.280	-	-	57.073	-
De 61 a 90 dias	-	99.164	-	-	44.598	-
De 91 a 180 dias	-	437.265	-	-	171.592	-
De 181 a 360 dias	-	469.944	-	-	795.907	-
Acima de 360 dias	-	1.174.602	-	-	1.119.838	-
Total	77.826	2.323.403	2.961	81.418	2.225.712	1

(*) A carteira de depósitos a prazo foi classificada no passivo circulante, em virtude de estarem em sua totalidade, registrada no B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão com cláusula de resgate antecipado.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Em milhares de Reais)

14. CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO

Títulos	2018		2017	
	Carteira terceiros	Total	Carteira terceiros	Total
	21.701	21.701	141.379	141.379
Letras do Tesouro Nacional	21.701	21.701	141.379	141.379

15. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES

As captações de recursos do exterior são basicamente realizadas mediante utilização de linhas de crédito concedidas pelo acionista Sumitomo Mitsui Banking Corporation, como segue: **a. Obrigações por empréstimos no exterior:** O saldo em 30 de junho de 2018 de US\$ 157.200 (US\$ 179.132 em 2017) é composto por financiamentos às exportações e importações, com vencimentos até 31 de agosto de 2018, sujeitos às taxas de juros de até 2,765% a.a., acrescidos de variação cambial para essas operações. O saldo em 30 de junho de 2018 é de R\$ 597.546 (R\$ 592.497 em 2017). **b. Obrigações por repasses do exterior:** Os repasses do exterior, em 30 de junho de 2018, correspondem a US\$ 514.603 (US\$ 499.883 em 2017). Tais obrigações, convertidas à taxa oficial de compra no fim do período, são regidas pela Resolução CMN nº 3.844/00 e estão sujeitas às taxas de juros que variam de 1,32% a.a. até 3,38% a.a., acrescidos de variação cambial, com vencimentos até 29 de dezembro de 2021. O saldo em 30 de junho de 2018 é de R\$ 1.990.788 (R\$ 1.855.341 em 2017). **c. Obrigações por repasses no país:** Os repasses no país são compostos por financiamentos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES na modalidade EXIM e FINAME, com vencimento até 15 de janeiro de 2024 e taxas de juros de até 1,80% a.a., no montante de R\$ 6.507 (R\$ 152.934 em 2017).

	2018		2017	
	Até 360 dias	Acima de 360 dias	Total	
Obrigações por empréstimos no exterior	597.546	—	597.546	
Obrigações por repasses do exterior	425.998	1.564.790	1.990.788	
Obrigações por repasses no país	—	6.507	6.507	
Total	1.023.544	1.571.297	2.594.841	
	2017		2016	
	Até 360 dias	Acima de 360 dias	Total	
Obrigações por empréstimos no exterior	338.046	254.451	592.497	
Obrigações por repasses do exterior	455.834	1.399.507	1.855.341	
Obrigações por repasses no país	146.427	6.507	152.934	
Total	940.307	1.660.465	2.600.772	

16. OUTRAS OBRIGAÇÕES
a. Fiscais e previdenciárias

Descrição	2018	2017
Provisão para imposto de renda e contribuição social (nota explicativa nº 19a)	14.448	18.233
Provisão para riscos fiscais (nota explicativa nº 17)	9.216	8.873
PIS Compensação (nota explicativa nº 17)	3.068	2.995
PIS emenda constitucional (nota explicativa nº 17)	689	642
Imposto Sobre Serviços - ISS	257	333
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF sobre operações de renda fixa	584	2.063
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	371	244
Programa de Integração Social	60	40
Imposto de renda e contribuição social diferidos (nota explicativa nº 19c)	17.258	16.487
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS	273	165
Impostos e contribuições - serviços de terceiros	10	9
Impostos e Contribuições sobre salários	1.830	1.094
Contribuição ao Fundo Garantidor de Crédito - FGC	490	604
Outros	71	178
Total	48.625	51.960
Passivo circulante	48.625	39.450
(*) Exigível a longo prazo	—	12.510

(*) O Banco considera as obrigações em sua integralidade como passivo circulante, uma vez que não há data definida para execução das obrigações, podendo ocorrer tanto em período inferior ou em período superior a um ano.

b. Diversas

Descrição	2018			2017		
	Circulante	Exigível a longo prazo	Total	Circulante	Exigível a longo prazo	Total
Provisão para riscos cíveis e trabalhistas (nota explicativa nº 17)	35.685	—	35.685	—	32.295	32.295
Provisão para despesas de pessoal	9.677	2.364	12.041	10.691	—	10.691
Provisão para despesas gerais	1.519	—	1.519	816	—	816
Passivos atuariais	10.738	—	10.738	1.437	—	1.437
Garantias prestadas (nota explicativa nº 23)	3.006	—	3.006	6.025	—	6.025
Diversas	619	—	619	2.596	—	2.596
Total	61.244	2.364	63.608	21.565	32.295	53.860

c. Dívidas subordinadas elegíveis a capital: O Banco possui dois empréstimos com o Sumitomo Mitsui Banking Corporation NY: • No valor de US\$ 40 milhões por um período de 15 anos, autorizado pelo BACEN em 10 de novembro de 2006, o qual foi prorrogado em 2017 para um período total de 18 anos, sendo tal prorrogação autorizada pelo BACEN em 19 de dezembro de 2017, o empréstimo continua a ser considerado como dívida subordinada, integrando o nível II do patrimônio de referência do Banco; • No valor de US\$ 160 milhões, em outubro de 2013, por um período de 10 anos, autorizado pelo BACEN em 05 de dezembro de 2013 a também integrar o nível II do patrimônio de referência do Banco. Ambos os empréstimos foram autorizados com base nos termos da Resolução nº 4.192 de 1º de março de 2013, alterada pela Resolução nº 4.278 de 31 de outubro de 2013. O saldo atualizado em 30 de junho de 2018 dos dois empréstimos é de R\$776.687 (R\$ 665.022 em 30 de junho de 2017).

17. PROVISÕES PARA RISCOS FISCAL, CÍVEL E TRABALHISTA

Entre os processos judiciais que envolvem o Banco, há processos de natureza fiscal, cível e trabalhista. Os valores de provisão e respectivos depósitos judiciais estão demonstrados como segue:

Descrição	Provisão		Depósitos judiciais	
	2018	2017	2018	2017
Provisão para riscos fiscais:				
ISS - RJ (a)	—	—	4.260	4.007
ISS - SP (b)	94	68	2.660	2.502
Obrigações legais:				
Desmutualização Cetip (h)	104	98	—	—
PIS compensação (c)	3.068	2.995	—	—
PIS emenda constitucional (d)	689	642	—	—
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL (e)	9.017	8.707	9.017	8.707
Total	12.972	12.510	15.937	15.216
Provisão para riscos:				
Cíveis (f)	30.892	28.636	—	69
Trabalhistas (g)	4.794	3.659	1.070	1.725
Total	35.686	32.295	1.070	1.794
Total de provisões e depósitos judiciais	48.658	44.805	17.007	17.010

a. O Banco possui processos fiscais relacionados a Imposto Sobre Serviços - Rio de Janeiro, onde são cobrados impostos sobre comissões recebidas em operações de empréstimos e repasses originados de receitas registradas sobre a rubrica rateio de resultados internos. A Administração entende, com base na opinião dos seus consultores jurídicos de que as chances de êxito desse processo são possíveis e, portanto não foi efetuado provisionamento, mantendo, entretanto, o depósito judicial, requerido para andamento do processo na esfera jurídica cujo montante atualizado em 30 de junho de 2018 é de R\$ 4.260 (R\$ 4.007 em 2017). **b.** A provisão se refere a uma parte do processo em discussão relacionado a Imposto Sobre Serviços - São Paulo, basicamente, relativa aos serviços de operações de câmbio no período de 2001 a 2003 e garantias prestadas no ano de 2004, onde o Banco entende ser provável o desembolso financeiro. Com relação a parte não provisionada no montante de R\$ 3.982, a administração entende com base na opinião dos seus consultores jurídicos, que as chances de êxito desses processos são possíveis e remotas e, portanto, não efetuou o provisionamento. O depósito judicial requerido para andamento do processo na esfera jurídica representa o montante de R\$ 2.660 (R\$ 2.502 em 2017). **c.** Refere-se ao processo de compensação de créditos do Programa de Integração Social - PIS que vem sendo solicitada judicialmente relativa à glosa efetuada pela Receita Federal do Brasil de créditos compensados e não homologados. Os valores provisionados compreendem aos períodos que abrangem de setembro de 2002 a outubro 2005. O montante atualizado em 30 de junho de 2018 é de R\$ 3.068 (R\$ 2.995 em 2017). **d.** Refere-se ao processo relativo ao PIS anterioridade EC 17/97, o qual discute a inconstitucionalidade do tributo. A provisão foi revertida no decorso do processo em virtude do arquivamento do processo administrativo e futuro êxito prático no processo judicial. Em 2017, remanesce provisionado somente o valor referente aos honorários dos advogados relativos ao processo judicial, os quais serão atualizados e pagos por ocasião do término do recurso em trâmite perante o Supremo Tribunal Federal, cujo montante, atualizado em 30 de junho de 2018, é de R\$ 689 (R\$ 642 em 2017). **e.** O Banco questiona a majoração de alíquotas de 18% para 30% referente ao ano de 1996 e a determinação da base de cálculo da contribuição social. Para fins de suspensão da exigibilidade do crédito tributário foi realizado o depósito judicial do valor discutido. De acordo com a opinião dos consultores jurídicos a chance de perda relacionada a esta discussão judicial é possível. Desta forma, por decisão da administração, foi constituída provisão, relativa ao diferencial recolhido a menor em virtude das matérias em análise, cujo montante atualizado em 30 de junho de 2018 é de R\$ 9.017 (R\$ 8.707 em 2017). **f.** A provisão refere-se basicamente a processos de expurgos inflacionários sobre operações de depósitos a prazo, em que há probabilidade de desembolso financeiro. A Administração, consubstanciada na opinião dos seus consultores jurídicos, entende que os encaminhamentos e as providências legais cabíveis que já foram tomados e são adequados em cada situação. O montante atualizado em 30 de junho de 2018 é de R\$ 30.982 (R\$ 28.636 em 2017). **g.** A provisão refere-se a ações movidas por ex-empregados e terceirizados pleiteando direitos trabalhistas que entendem que sejam devidos. As ações são controladas individualmente e as provisões são constituídas a partir da decisão estabelecida previamente pela Diretoria ou em primeira instância em vara trabalhista. A Administração, consubstanciada na opinião dos seus consultores jurídicos, entende que os valores atualmente provisionados são adequados. O montante atualizado em 30 de junho de 2018 é de R\$ 4.794 (R\$ 3.659 em 2017). **h.** O Banco contabilizou o valor referente à parcela do processo em andamento que considera como perda provável sobre a desmutualização das ações do CETIP, sendo que o montante para 30 de junho de 2018 é de R\$ 104 (R\$ 98 em 2017).

Movimentação das provisões e das obrigações legais

	2018			
	Fiscal	Trabalhista	Cível	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2017	12.759	4.571	29.611	46.941
Constituição de provisão	132	21	—	153
Atualização monetária	81	202	1.281	1.564
Saldo em 30 de junho de 2018	12.972	4.794	30.892	48.658
	2017			
	Fiscal	Trabalhista	Cível	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2016	12.164	3.297	27.347	42.808
Constituição de provisão	245	11	—	256
Atualização monetária	101	351	1.289	1.741
Saldo em 30 de junho de 2017	12.510	3.659	28.636	44.805

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital social: Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28 de março de 2018, foi deliberada o aumento do capital social do Banco, passando de R\$ 758.819 para R\$ 793.819, mediante a emissão de ações novas, ordinárias e nominativas, cujo valor unitário de cada ação foi de R\$ 1,00 (um real). O capital social em 30 de junho de 2018 está representado por ações ordinárias, no valor de R\$ 1,00 cada uma, assim distribuídas:

	Quantidade de ações (mil)
Sumitomo Mitsui Banking Corporation (Japão)	793.817
Acionistas domiciliados no país	2
Total	793.819

b. Dividendos: De acordo com a legislação societária e o estatuto social, é assegurado um mínimo de 25% do lucro líquido do exercício a ser distribuído aos acionistas a título de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio. O valor será apurado no final do exercício de dezembro de 2018. **c. Reserva legal:** A reserva legal foi constituída na forma prevista na legislação societária, podendo ser utilizada para a compensação de prejuízos ou para aumento do capital social. **d. Reserva estatutária:** A reserva estatutária corresponde à transferência de saldo de lucros acumulados após as destinações obrigatórias. O saldo remanescente no valor de R\$163.168 (R\$ 140.463 em 2017) será transferido para o exercício seguinte, ou terá a destinação que for proposta pela Diretoria, "ad referendum" da assembleia geral.

19. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a. Em 30 de junho de 2018 e 2017, a despesa com imposto de renda e contribuição social foi assim apurada:

	2018		2017	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Resultado antes da tributação após participações e JCP	50.320	50.320	46.335	46.335
Provisão de passivos contingentes	2.322	2.322	2.045	2.045
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	72	72	14.502	14.502
Provisões temporárias	(11.023)	(11.023)	(3.020)	(3.020)
Ajuste a valor de mercado de instrumentos financeiros derivativos	9.258	9.258	1.429	1.429
Ajuste a valor de mercado operações "hedge accounting"	(18.490)	(18.490)	8.919	8.919
Despesas não dedutíveis	5.772	4.568	1.612	791
Operações BM&F	8.208	8.208	(13.523)	(13.523)
Outras adições/exclusões (i)	—	—	37	37
Compensação de prejuízos fiscais anteriores	(13.932)	(13.571)	(17.500)	(17.254)
Lucro tributável	32.507	31.664	40.836	40.261
Imposto de renda - 15% (nota explicativa nº 3n)	4.876	—	6.125	—
Adicional de imposto de renda - 10% (nota explicativa nº 3n)	3.239	—	4.072	—
Lei Empresa Cidadã	—	—	(16)	—
Contribuição social - 20% (nota explicativa nº 3n)	—	6.333	—	8.052
Total	8.115	6.333	10.181	8.052

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Em milhares de Reais)

(i) Refere-se a variação cambial de investimentos no exterior, cujo montante já foi considerado para fins de imposto, no resultado de equivalência patrimonial.

b. Créditos tributários: Os créditos tributários foram constituídos em 30 de junho de 2012, no valor de R\$ 76.113 tomando-se por base o total de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social. A Administração, baseada no estudo técnico elaborado, entende que esses créditos tributários serão passíveis de compensação no prazo de até 10 anos. Os valores encontram-se apresentados na rubrica "Outros créditos - diversos".

1. Composição do crédito tributário em 30/06/2018

Composição do crédito tributário	30/06/2018	30/06/2017
Prejuízo fiscal	19.171	22.813
Base negativa de contribuição social	12.181	14.946
Total	31.352	37.759

2. Previsão de realização do crédito tributário em 30/06/2018

Exercício	Imposto de renda diferido	Contribuição social diferida	Total
2018	2.245	1.293	3.538
2019	1.803	2.439	4.242
2020	3.685	2.157	5.842
2021	5.316	3.135	8.452
A partir de 2022	9.605	5.870	15.475
Subtotal	22.654	14.894	37.549

3. Movimentação do crédito tributário sobre prejuízo fiscal e base negativa: A realização dos créditos tributários está ocorrendo conforme os valores estimados no respectivo estudo e suas premissas.

	Saldo em 31/12/2017	(Realizações)	Constituições	Saldo em 30/06/2018
Prejuízo fiscal	22.654	(3.483)	19.171	
Base negativa CSLL	14.895	(2.714)	12.181	
Total	37.549	(6.197)	31.352	

Movimentação do resultado com ativos fiscais diferidos:

	30/06/2018
Realização do prejuízo fiscal - IR	3.483
Realização da base negativa - CSLL	2.714
Diferença de curvas	580
Total	6.777

4. Valor presente do crédito tributário

Exercício	Imposto de renda diferido	Contribuição social diferida	Total
2018	2.172	1.251	3.423
2019	1.599	2.163	3.762
2020	2.950	1.727	4.677
2021	3.788	2.234	6.022
A partir de 2022	5.849	3.565	9.414
Total	16.358	10.940	27.298

a. Outros créditos tributários: O Banco possui ainda, créditos e obrigações fiscais diferidas nos montantes de R\$ 8.262 e R\$ 17.258 respectivamente, que estão relacionados exclusivamente com os ajustes ao valor de mercado das operações com títulos e valores mobiliários classificados como disponíveis para venda, conforme determina a Circular BACEN nº 3.068, e ao valor de mercado de instrumentos derivativos de acordo com a circular nº 3.082. As regras de reconhecimento dos efeitos do exigível atuarial relacionadas ao plano de aposentaria de benefícios e dos benefícios pós-emprego referente ao Plano de Assistência Médica dos quais o Banco é patrocinador (conforme CVM 600 e 695/2015) também estão sendo considerados. Existem ainda créditos tributários não ativados sobre provisões para contingências no montante de R\$ 22.123 (R\$ 18.450 em 2017), devido à incerteza de sua realização em prazo inferior a 10 anos.

20. DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

a. Operações de crédito

	2018	2017
Rendas de empréstimos	67.960	82.202
Rendas de financiamentos e repasses	32.117	6.432
Total	100.077	88.634

b. Resultado de operações com títulos e valores mobiliários

	2018	2017
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez	75.917	145.860
Rendas de operações com títulos e valores mobiliários	52.387	57.929
Total	128.304	203.789

c. Resultado com instrumentos financeiros derivativos

	2018	2017
Receitas com operações de Swaps, Futuros e NDF	1.070.957	586.779
Despesas com operações de Swaps, Futuros e NDF	(906.534)	(634.650)
Total	164.423	(47.871)

d. Resultado operações de câmbio

	2018	2017
Rendas de câmbio	102.614	26.994
Despesas de câmbio	(3.082)	(8.928)
Total	99.532	18.066

e. Operações de captação no mercado

	2018	2017
Despesas com depósitos a prazo	(69.395)	(114.544)
Despesas com depósitos interfinanceiros	(17)	(17)
Despesas com operações compromissadas	(3.292)	(5.116)
Despesas com contribuição ao fundo garantidor de crédito	(1.568)	(1.650)
Total	(74.272)	(121.327)

f. Operações de empréstimos e repasses

	2018	2017
Despesas com repasses do BNDES	(555)	(4.511)
Despesas com empréstimos e repasses no exterior	(350.525)	(37.651)
Despesas com dívida subordinada	(11.793)	(9.015)
Ajuste Hedge Objeto Repasses e Empréstimos	19.083	-
Total	(343.790)	(51.177)

g. Receita de prestação de serviços

	2018	2017
Receitas de tarifas e serviços	1.064	4.907
Receitas de intermediação de negócios (vide nota explicativa nº 21a)	4.977	3.392
Rendas de garantias prestadas	11.962	7.483
Total	18.003	15.782

h. Despesas de pessoal

	2018	2017
Proventos	(19.462)	(15.906)
Encargos sociais	(7.320)	(5.575)
Benefícios	(3.886)	(3.828)
Honorários da Administração	(2.236)	(2.238)
Treinamento	(149)	(95)
Total	(33.053)	(27.642)

i. Outras despesas administrativas

	2018	2017
Despesas com aluguel	(2.530)	(3.038)
Despesas de processamento de dados	(4.657)	(5.221)
Despesas com serviços técnicos especializados	(2.144)	(1.645)
Despesas de comunicação	(2.113)	(1.558)
Despesas com serviços do sistema financeiro	(791)	(373)
Despesas de manutenção e conservação de bens	(215)	(226)
Despesas com serviços de vigilância e segurança	(271)	(263)
Despesas de transporte	(105)	(94)
Despesas de material	(94)	(79)
Despesas de água, energia e gás	(111)	(108)
Despesas com serviços de terceiros	(341)	(414)
Despesas de propaganda e publicidade	(181)	(195)
Despesas de seguros	(130)	(118)
Despesas de promoções e relações públicas	(113)	(40)
Despesas de contribuições filantrópicas	(9)	(13)
Despesas de amortização e depreciação	(1.028)	(848)
Outras despesas administrativas	(612)	(1.099)
Total	(15.445)	(15.332)

j. Despesas tributárias

	2018	2017
COFINS	(3.613)	(4.176)
ISS	(946)	(841)
PIS	(587)	(679)
Outros	(227)	(352)
Total	(5.373)	(6.048)

k. Outras receitas operacionais

	2018	2017
Variação cambial empréstimos do exterior	-	628
Variação cambial repasses do exterior - interfinanceiros	-	2.559
Reversão de provisões operacionais-passivos contingentes	930	2.424
Reversão de provisões garantias prestadas	1.003	-
Reversão de provisões operacionais - outras	3.210	295
Taxa de administração de fundos de investimento	645	1.077
Atualização depósitos judiciais	362	553
Recuperação de encargos e despesas	257	449
Outros	96	1.725
Total	6.503	9.710

l. Outras despesas operacionais

	2018	2017
Variação cambial negativa operações repasses interfinanceiros	-	(2.559)
Variação cambial negativa operações de empréstimos	-	(37)
Provisões Garantias Prestadas	(80)	(6.025)
Despesas com provisões operacionais - passivos contingentes	(476)	(447)
Atualização monetária de provisões (fiscal, civil e trabalhista)	(1.636)	(1.548)
Outras	(33)	(78)
Total	2.225	(10.694)

m. Resultado não operacional

	2018	2017
Outras receitas não operacionais	108	24
Total	108	24

21. TRANSAÇÕES E SALDOS COM PARTES RELACIONADAS

a. Transações com controladores (diretas e indiretas): Os saldos de transações com partes relacionadas com o Sumitomo Mitsui Banking Corporation, são os seguintes:

	Ativo/(passivo)		Receita/(despesa)	
	2018	2017	2018	2017
Disponibilidades - depósito no exterior em moeda estrangeira	24.171	24.077	-	-
Aplicações em moeda estrangeira no exterior	205.125	304.354	8.698	1.327
Valores a receber - comissão por intermediação de negócios- vide (nota explicativa nº 20.g)	2.684	-	4.977	3.392
Obrigações por empréstimos no exterior	(597.546)	(592.497)	(82.205)	5.481
Obrigações por repasses do exterior	(1.971.279)	(1.804.341)	(246.200)	(29.507)
Dívida subordinada	(776.687)	(655.022)	(11.793)	(9.015)
Total	(3.113.532)	(2.733.429)	(326.523)	(28.322)

b. Remuneração do pessoal-chave da Administração: Para atendimento da Resolução nº 3.750/09 do Banco Central e também ao Pronunciamento Técnico CPC 05 - Divulgação de Partes Relacionadas, foi definido como pessoal-chave dessa instituição, todos os membros que compõem sua Diretoria. O montante global da remuneração dos Diretores é distribuído de acordo com o que determina o Estatuto Social do Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A. Na última reforma estatutária ocorrida em abril de 2018, foi fixado o valor mensal máximo global de R\$ 600 para remuneração dos diretores (proventos).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Em milhares de Reais)

Benefícios de curto prazo a diretores

	2018	2017
Proventos	2.236	2.238
Remuneração variável	3.152	1.533
Contribuições ao INSS/FGTS	1.436	829
Total	6.824	4.600

Benefícios pós-emprego: De acordo com o regulamento do Fundo de Pensão, os diretores podem optar pela participação no Plano de Previdência Complementar de benefício definido, patrocinado integralmente pelo Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A. nas mesmas condições dos demais funcionários do Banco (nota explicativa nº 24). O Banco não concede benefícios de longo prazo ou remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da Administração. **c. Outras informações:** Conforme legislação em vigor, as instituições financeiras não podem conceder empréstimos, financiamentos ou adiantamentos para: *i.* Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativo, fiscais e semelhantes, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até 2º grau; *ii.* Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%; e *iii.* Pessoas jurídicas de cujo capital participem, com mais de 10%, a própria instituição financeira, quaisquer diretores ou administradores da própria instituição, bem como seus cônjuges e respectivos parentes de 2º grau. Com base nisso, não são e não foram efetuados pelo Banco empréstimos, financiamentos ou qualquer outro adiantamento à Diretoria ou qualquer um de seus familiares. Os membros da Diretoria, não possuem qualquer participação acionária no Banco.

22. LIMITES OPERACIONAIS

Índice da Basileia

O Banco está enquadrado nos limites estabelecidos na Resolução CMN nº 2.099/94, com alterações introduzidas pelas Resoluções CMN nº 4.912/13 e 4.913/13 e Circular BACEN nº 3.644/13, apresentando índice de Patrimônio em relação aos Ativos Ponderados, conforme segue:

	30/06/2018	30/06/2017
Risco de Crédito	4.291.344	4.754.432
Risco de Mercado	751.279	368.560
Risco Operacional	336.928	336.841
Ativos ponderados pelo Risco (RWA)	5.379.551	5.459.833
Parcela Rban	14.907	1.700
Patrimônio de Referência Níveis I e II (PR)	1.708.682	1.513.346
Patrimônio de Referência Exigido (RWA*10,50%)	564.853	573.285
Margem sobre o Patrimônio de Referência Requerido	1.143.829	940.061
Índice de Basileia (IB) - PR/RWA	31,76	27,72

*O percentual mínimo exigido para patrimônio de referência de 2018 é de 10,50% (2017 - 10,50%).

23. GARANTIAS PRESTADAS E RESPONSABILIDADES POR CRÉDITOS ABERTOS PARA IMPORTAÇÃO

Em 30 de junho de 2018 e 2017, as fianças prestadas pelo Banco totalizam:

	2018	2017
No País	1.588.608	1.615.050
No exterior	17.724	48.635
Total	1.606.332	1.663.685

O Banco efetuou provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre essas garantias de acordo com requerimento da Resolução 4.512/16 do CMN e a Carta Circular 3.782/16, os valores são baseados nas premissas da Resolução 2.682 e totalizam o montante de R\$ 3.006 (R\$ 6.025 em 2017):

	2018		2017	
	Garantias Prestadas	Provisão	Garantias Prestadas	Provisão
Vinculadas ao Comércio Internacional de Mercadorias	17.724	(409)	48.635	(1.459)
Vinculadas a Licitações, Leilões, Prestação de Serviços ou Execução de Obras	29.686	-	32.850	-
Vinculadas ao Fornecimento de Mercadorias	75.305	(1.172)	146.741	(2.977)
Aval ou Fiança em Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Fiscal	708.934	(1.122)	779.107	(1.522)
Outras Fianças Bancárias	50.135	(50)	206.054	(67)
Outras Garantias Financeiras Prestadas	724.548	(253)	450.298	-
Total	1.606.332	(3.006)	1.663.685	(6.025)

Em 30 de junho de 2018, o Banco possuía saldo de R\$ 312 na rubrica de responsabilidade por créditos para importação (R\$ 2.682 em 2017).

24. BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO PATROCINADOS

O exigível atuarial da Entidade foi apurado de acordo com o modelo estabelecido no plano respectivo e representa o montante dos compromissos assumidos e a assumir. A Deliberação CVM 695, de 13 de dezembro de 2015, aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1), que trata de benefícios a empregados, em conformidade com as alterações nas Normas Internacionais de Contabilidade IAS 19. O Pronunciamento Técnico CPC 33 estabeleceu alterações fundamentais na contabilização e divulgação dos benefícios a empregados como a remoção do mecanismo do corredor no registro das obrigações dos planos, bem como alterações no critério de reconhecimento dos ativos dos planos (valorizações e desvalorizações). A adoção do referido Pronunciamento se aplica aos exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2015, sendo os efeitos registrados contabilmente de forma retrospectiva, como alteração de práticas contábeis. A adoção desta prática contábil implica, fundamentalmente, no reconhecimento integral em conta de passivo das perdas atuariais (déficit atuarial) não reconhecidas até o momento, em contrapartida de conta do patrimônio líquido. **a. Plano de Aposentadoria:** O Banco é patrocinador do Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro Sociedade de Previdência Privada ("Entidade"), constituída em 20 de abril de 1992, e que tem como finalidade básica a concessão de benefícios de pecúlios e/ou rendas suplementares aos funcionários e diretores do patrocinador, através de um plano de aposentadoria do tipo "benefício definido". No plano, os participantes (empregados) têm o direito a um benefício na data do término do vínculo empregatício, calculado de acordo com as disposições do regulamento e cujo valor dependerá do salário e tempo de serviço do participante na data do desligamento. Em 30 de junho de 2018, não tivemos variações significativas nos parâmetros de atualizações atuariais.

Descrição

	Plano de Aposentadoria	
	31/12/2017	31/12/2016
Valor presente das obrigações atuariais	47.619	45.114
Valor justo dos ativos do plano	(50.106)	(46.027)
Deficit/(Superavit) para planos cobertos	(2.487)	(913)
Ganhos/(Perdas) atuariais não reconhecidos	-	-
Ajustes por diferimentos permitidos	-	-
Efeito do limite de reconhecimento de ativo/passivo oneroso	2.487	913
Passivo (ativo) atuarial líquido	-	-

Premissas atuariais:

Taxa de desconto nominal para obrigação atuarial	10,25% a.a.	11,30% a.a.
Índice estimado de aumento nominal dos salários	7,64% a.a.	8,15% a.a.
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios	5,30% a.a.	5,30% a.a.
Índice estimado de inflação	4,50% a.a.	5,00% a.a.
Tábua Biométrica de mortalidade geral	AT-2000	AT-2000
Tábua Biométrica de entrada em invalidez	Tábua "Mercer"	Tábua "Mercer"
Taxa de rotatividade esperada	0,30/(tempo de serviço +1)	0,30/(tempo de serviço +1)
Probabilidade de ingresso em aposentadoria	10% na 1ª data de elegibilidade à aposentadoria antecipada; 3% entre a 1ª elegibilidade à aposentadoria antecipada e normal; 100% na data de elegibilidade à aposentadoria normal.	

No semestre findo em 30 de junho de 2018, o Banco efetuou contribuições à Sociedade de Previdência Privada mencionada anteriormente, no valor de R\$ 1.325 (R\$ 1.437 em 2017).

Análise de Sensibilidade: O valor presente da obrigação atuarial é sensível a variações nas principais hipóteses: taxa de desconto, crescimento salarial e expectativa de vida. Os impactos no valor presente da obrigação atuarial são demonstrados, considerando a taxa de desconto básica adotada para esta Avaliação Atuarial (10,00% aa):

	Análise de Sensibilidade
	31/12/2017
Taxa de Desconto: redução de 0,25%	1.605
Taxa de Desconto: aumento de 0,25%	(1.518)
Impacto na Duration média da Obrigação de Benefício Definido (em anos)	
Taxa de Desconto: redução de 0,25%	13,97
Taxa de Desconto: aumento de 0,25%	13,69

b. Plano de Saúde: Até novembro de 2017 o Plano de Saúde oferecido pelo Banco Sumitomo Mitsui a seus colaboradores era contributivo, gerando a obrigação de extensão da cobertura, mediante pagamento dos respectivos prêmios aos aposentados e desligados da empresa, nos termos dos Arts. 30 e 31 da Lei nº 9.656/1998. As contribuições ao plano foram interrompidas a partir de dezembro de 2017, porém remanesce um grupo de colaboradores que têm direito à referida extensão, sendo apresentado o seguinte passivo atuarial:

	Plano de Saúde
	30/06/2018
Passivo (Ativo) atuarial líquido	9.414
Total	9.414
Premissas atuariais/Hipóteses Atuariais	
Taxa de desconto nominal para obrigação atuarial	10,25% aa
Índice estimado de inflação	4,50% aa
Tábua Biométrica de Rotatividade	0,15/(Tempo de Serviço) + 1
Tábua biométrica de entrada em aposentadoria	55 anos
Tábua Biométrica de mortalidade geral	AT-2000 segregada por sexo e desagregada em 10%
HCCTR (Health Care Cost Trend Rate)	Decrescendo de 10,25% aa a 5,55% aa
Correção da Contribuição do Participante	Inflação (HCCTR)
Correção do Custo do Plano	Inflação (HCCTR) + Aging Factor
Percentual de Optantes pela Permanência no Plano	Aposentadoria: 100% Desligamento: 100%
Fator de Idade (Aging Factor)	3,00% (por ano - idade)
Composição Familiar - Ativos	90% Casados
Diferença de Idade Titular/Cônjuge	4 anos
Composição Familiar Aposentados	Família Real
Em 30 de junho de 2018, a entidade tem 32 participantes os quais já contam mais de 10 anos de contribuição e poderão ter o direito vitalício, em caso de aposentadoria.	

25. ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DE RISCO OPERACIONAL, RISCO DE MERCADO, RISCO DE CRÉDITO E DE GERENCIAMENTO DE CAPITAL

Risco operacional: Risco Operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, comportamento humano e sistemas, ou ainda, proveniente de eventos externos. Nesta definição, inclui-se o risco legal. A estrutura de Gerenciamento do Risco Operacional é considerada um fator estratégico e competitivo para o Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A. e está definida na Política de Gerenciamento de Risco Operacional da instituição estabelecida e aprovada pela Diretoria da instituição, no mínimo anualmente, nos moldes da Resolução nº 3.380/2006, se reportando diretamente à Diretoria da Instituição. É importante ferramenta para o gerenciamento eficaz do capital econômico e regulatório da instituição. A estrutura tem dimensão proporcional aos riscos referentes à complexidade dos produtos oferecidos pela instituição, natureza das operações e diretrizes de exposição ao risco do Banco e das empresas integrantes do consolidado econômico-financeiro. O Gerenciamento de Risco Operacional do Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A. adota um modelo de gestão em parceria com as áreas de negócios do Banco, proporcionando assim uma visão clara da divisão dos papéis e responsabilidades táticos e estratégicos entre as áreas de negócios e a área de Gestão de Risco Operacional, possibilitando a coordenação e cooperação de todos

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Em milhares de Reais)

do Banco na redução de perdas operacionais e duplicidade nas atividades. Neste modelo de gestão a área de Gestão de Risco Operacional é responsável por: *iv.* Definir as estrutura, políticas e ferramentas para o gerenciamento de risco operacional; *v.* Efetuar testes periódicos e independentes dos controles dos riscos identificados; *vi.* Elaborar relatórios periódicos; *vii.* Coordenar os comitês de gerenciamento de risco operacional instituídos na Instituição; *viii.* Consolidar e monitorar as perdas ocorridas na instituição. A Diretoria, alinhada à sua Política de Governança Corporativa, reconhece, participa e é responsável pela contínua melhoria nessa estrutura, visando garantir o cumprimento dos objetivos e metas traçados e a segurança e qualidade aos clientes, acionistas e partes relacionadas com o Banco. Com relação ao cálculo de requerimento de capital para Risco Operacional, o Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A. adotou o modelo de cálculo com base na Abordagem do Indicador Básico, também conhecida como "BIA". As informações relacionadas à Estrutura de Gerenciamento de Risco Operacional da Instituição, bem como a responsabilidade da Diretoria pelas informações divulgadas, constam em relatório de acesso público, disponível no site eletrônico www.smbcgroup.com.br. **Risco de Mercado e Liquidez:** O Risco de Mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes do efeito da oscilação de preços, índices e taxas sobre os descasamentos de prazos, moedas e indexadores das carteiras ativa e passiva. O Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A. adota uma política e uma exposição bastante conservadora aos fatores de risco de mercado. O Risco de Liquidez é a possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e a possibilidade de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado. A estrutura de Gerenciamento de Risco de Mercado e Liquidez é representada por uma unidade específica no Banco, independente da área de negócios e auditoria, e se reporta diretamente à Diretoria do Banco. É responsável pelo gerenciamento de risco de mercado, liquidez e de crédito, tendo como responsabilidade assegurar práticas prudentes e técnicas idôneas de controles de risco. A estrutura tem dimensão proporcional aos riscos referentes à complexidade dos produtos oferecidos pela instituição, natureza das operações e diretrizes de exposição ao risco do Banco e das empresas integrantes do consolidado econômico-financeiro. A política de Gerenciamento de Risco de Mercado e Liquidez é pautada no controle diário das posições de risco de mercado do Banco, no controle dos Limites para posições, dividido em Limites para exposição à taxa de juros e exposição em taxas de câmbio, além de Limites/Diretrizes para "Stop Loss". Além disso, o Departamento de Gerenciamento de Risco monitora o risco de mercado também através da metodologia de *Value at Risk* (VAR) paramétrico e testes de estresse. A estrutura de Gerenciamento de Risco de Mercado e Liquidez foi implementada de acordo com os requerimentos da Resolução nº 3.464/2007 e Resolução nº 4.090/2015, sendo aprovada e revisada no mínimo, anualmente pela Diretoria do Banco. Com o intuito de garantir a implantação das diretrizes e políticas vigentes, o Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A. tem implementado o Comitê de Ativos e Passivos (ALCO), que se reúne mensalmente, com a participação de membros da Diretoria, e extraordinariamente sempre que necessário. Dentre seus objetivos estão a deliberação sobre a política de gerenciamento de riscos de mercado e liquidez, política de gerenciamento de ativos e passivos, a garantia da observância de limites/diretrizes para o risco de mercado e liquidez, assegurar que a instituição mantenha níveis adequados e suficientes de liquidez e verificação de procedimentos no tratamento de novos produtos e sua estrutura de gerenciamento de riscos. As informações relacionadas à Estrutura de Gerenciamento de Risco de Mercado e Liquidez da Instituição constam em relatório de acesso público, disponível no site eletrônico www.smbcgroup.com.br. A Diretoria do Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A. é responsável por todas as informações divulgadas. **Risco de crédito:** O Risco de Crédito é definido como a possibilidade de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações nos termos pactuados, a desvalorização dos ativos de crédito, decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, a redução de ganhos ou remunerações, as vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação. O Risco de Crédito está fortemente relacionado com outros tipos de risco, como o Risco de Mercado e de Liquidez. Estes tipos de riscos, muitas vezes, derivam do Risco de Crédito e podem se manifestar simultaneamente. A estrutura de Gerenciamento de Risco de Crédito foi implementada nos moldes da Resolução nº 3.721/2009, aprovada e revisada, no mínimo, anualmente pela Diretoria da Instituição. É representada por uma unidade específica, independente da área de negócios e auditoria e se reporta diretamente à Diretoria do Banco. A estrutura tem dimensão proporcional aos riscos referentes à complexidade dos produtos oferecidos pela instituição, natureza das operações e diretrizes de exposição ao risco do Banco e das empresas integrantes do consolidado econômico-financeiro. A estrutura de Gerenciamento de Risco de Crédito do Banco está implementada de forma a manter as

políticas, procedimentos e sistemas para o monitoramento e controle de risco de crédito de acordo com as regras vigentes, assegurando assim, que o risco de crédito é identificado, mensurado, monitorado, controlado e reportado à Diretoria, de forma a permitir o adequado tratamento do risco como um dos vetores de crescimento e rentabilidade. A estrutura de Gerenciamento de Risco de Crédito contempla políticas e estratégias claramente definidas e devidamente documentadas e revisadas, estabelecendo limites operacionais, mecanismos de mitigação de risco e procedimentos destinados a manter a exposição ao risco de crédito em níveis considerados aceitáveis pela Diretoria do Banco. As informações relacionadas à Estrutura de Gerenciamento de Risco de Crédito da Instituição, bem como a responsabilidade da Diretoria pelas informações divulgadas, constam em relatório de acesso público, disponível no site eletrônico www.smbcgroup.com.br. **Gerenciamento de capital:** O gerenciamento de capital é definido como um processo contínuo de monitoramento e controle do capital mantido pela instituição; avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a instituição está sujeita; e planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da instituição. A estrutura de gerenciamento de capital foi implementada nos moldes da Resolução nº 3.988, aprovada e revisada, no mínimo, anualmente pela Diretoria da Instituição. A estrutura de gerenciamento de capital está sob a responsabilidade do Departamento de Gerenciamento de Riscos, independente da área de negócios e auditoria e se reporta diretamente à Vice-Presidência do Banco. A estrutura tem dimensão proporcional aos riscos referentes à complexidade dos produtos oferecidos pela instituição, natureza das operações e diretrizes de exposição ao risco do Banco e das empresas integrantes do consolidado econômico-financeiro. Tem como objetivo identificar e avaliar todos os riscos relevantes da instituição de acordo com políticas e estratégias para manter o capital compatível com os riscos incorridos. O Banco no intuito de adotar uma postura prospectiva, e antecipar-se a necessidade de capital, tem estabelecido o Comitê de Novos Produtos e Serviços, com a participação permanente do Departamento de Gerenciamento de Riscos, onde é feita uma análise do produto e/ou serviço antes de sua implantação na Instituição. O Banco não adota Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital (ICAAP) segundo Artigo 6º da Resolução nº 3.988 de 30 de junho de 2015. O Departamento de Gerenciamento de Riscos acompanha o comportamento da carteira diariamente, e em caso de discrepâncias, comunica a Alta Administração imediatamente de forma a dar tratamento adequado à adequação de capital. As informações relacionadas à Estrutura de Gerenciamento de Capital constam em relatório de acesso público, disponível no site eletrônico www.smbcgroup.com.br. A Diretoria do Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A. é responsável por todas as informações divulgadas.

26. NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES AINDA NÃO EFETIVAS

A partir de 1 de janeiro de 2018 é obrigatório no Brasil a adoção do CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos financeiros, porém tal pronunciamento ainda não foi homologado pelo Banco Central do Brasil não sendo adotado pelas instituições financeiras na elaboração e apresentação de demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen. Por meio de consultas públicas ao mercado financeiro, o Banco Central do Brasil está medindo esforços no sentido de convergência da regulação contábil aplicável ao Sistema Financeiro Nacional indo em encontro a adoção do CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos financeiros, porém tendo em vista a complexidade do assunto tratado pelo pronunciamento, o processo está subdividido em 3 etapas as quais irão tratar dos temas de critérios relativos à provisão para perdas associadas ao risco de crédito de instrumentos financeiros, contabilidade de instrumentos destinados a hedge, apresentação e evidência de instrumentos financeiros. Até o momento o Banco Central realizou as seguintes consultas públicas; - Consulta Pública 54/2017 - Divulga proposta de resolução que dispõe sobre os critérios contábeis para a classificação, mensuração e reconhecimento de instrumentos financeiros pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Data final da consulta em 01/12/2017); - Consulta Pública 60/2018 - Divulga propostas de atos normativos dispondo sobre critérios contábeis para constituição de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Data final da consulta em 27/04/2018). Ambas as consultas propõem a vigência dos novos pronunciamentos a partir de 1º de janeiro de 2019. Após análises preliminares, o Banco considera como maiores desafios para adoção dos novos pronunciamentos: (i) avaliação do impactos sobre as demonstrações financeiras, bem como sobre modelos, dos, sistemas, processos, controles e governança; (ii) avaliação sobre o capital regulatório; (iii) adequação dos modelos existentes, principalmente, no que refere-se a natureza da modelagem de perdas esperadas; (iv) adequação dos sistemas para fins regulatórios e; (v) fase de transição.

DIRETORIA**CONTADOR**
Wilson Okada - CRC: 1SP/238910-0

RELATÓRIO SEMESTRAL DAS ATIVIDADES DO COMITÊ DE AUDITORIA - 1º SEMESTRE DE 2018

Introdução: De acordo com o estabelecido em seu Regulamento, compete ao Comitê de Auditoria ("Comitê") zelar pela qualidade e integridade das Demonstrações Contábeis do **Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A.** (doravante Banco), pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares, pela atuação, independência e qualidade dos trabalhos da auditoria externa e da auditoria interna e pela qualidade e efetividade dos sistemas de controles internos e de administração de riscos do Banco. As avaliações do Comitê baseiam-se nas informações recebidas da Administração do Banco, dos auditores externos, da auditoria interna, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos, controles internos e Compliance, dos assessores jurídicos do Banco e nas suas próprias análises. A KPMG Auditores Independentes é a empresa de auditoria independente contratada para o exame das Demonstrações Contábeis do Banco, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas e instruções do Banco Central do Brasil. A Auditoria Interna tem sua atuação voltada para temas que representam potencial de risco mais elevado e para a avaliação dos sistemas de controles internos e gerenciamento de riscos, oferecendo, ao Comitê, uma visão crítica da qualidade dos processos e do monitoramento dos riscos. **Atividades do Comitê:** Em sessão realizada em 22 de agosto de 2018 em conjunto com nossos auditores internos e externos foram apresentados os trabalhos de revisão das demonstrações contábeis do semestre findo em 30 de junho de 2018 realizados pela equipe da KPMG Auditores Independentes. Em seu encerramento, foi recomendada a aprovação das demonstrações contábeis por parte de nossos auditores externos e o Comitê de Auditoria considerou apropriada sua qualidade para oficial divulgação. **Sistema de Controles Internos e Cumprimento da Legislação, da Regulamentação e das Normas Internas:** Os relatórios semestrais requeridos pelos reguladores e preparados pelo Corporate Affairs & Compliance Department concluíram que o Sistema de Controles Internos do **Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A.**, está adequadamente estruturado para garantir o efetivo gerenciamento dos riscos, das operações e dos sistemas que geram os relatórios financeiros. Dentre os apontamentos realizados pela Auditoria Interna e os relatórios elaborados pela auditoria externa e pelo Corporate Affairs & Compliance Department não indicaram descumprimento da legislação, da regulamentação e das normas internas que pudessem colocar em risco a continuidade das operações do **Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A.** O sistema de controles internos do Banco vem sendo aprimorados continuamente e os procedimentos já implementados, bem como aqueles ainda em fase de

implantação, são compatíveis com o porte e a complexidade das operações. **Auditoria Externa:** O Comitê mantém, diretamente e/ou indiretamente através de seu Membro Técnico, um canal de comunicação regular com os auditores externos para ampla discussão dos resultados de seus trabalhos e de aspectos contábeis relevantes, de maneira que permita aos seus membros fundamentar opinião acerca da integridade das Demonstrações Contábeis e relatórios financeiros. Com base na avaliação procedida e nas informações fornecidas pela própria KPMG Auditores Independentes, o Comitê não identificou situações que pudessem afetar a objetividade e a independência da auditoria externa. O Comitê avalia como plenamente satisfatório o volume e a qualidade das informações fornecidas pela auditoria externa, as quais apoiam sua opinião acerca da integridade das Demonstrações Contábeis. **Auditoria Interna:** O planejamento estratégico e tático da Auditoria Interna e a análise dos aspectos relativos à estrutura, recursos, desenvolvimento profissional, responsabilidades, independência, objetividade, execução e conclusão dos trabalhos foi analisado pelo Comitê de Auditoria. O resultado desse processo não trouxe, ao Comitê, preocupações no tocante aos pontos examinados. A Auditoria Interna através de seus relatórios, não trouxeram ao conhecimento do Comitê, a existência de riscos residuais que pudessem afetar o grau de solidez e a continuidade das operações do Banco. **Demonstrações Contábeis:** O Comitê analisou os procedimentos que envolvem o processo de preparação dos balancetes e balanços, individuais e consolidados, das notas explicativas e relatórios financeiros publicados em conjunto com as Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas. Foram, igualmente, examinadas as práticas contábeis relevantes utilizadas pelo Banco na elaboração das Demonstrações Contábeis, verificando-se que estão alinhadas às práticas contábeis adotadas no Brasil e normas e instruções do Banco Central do Brasil. **Conclusão:** Este Comitê, fundamentando seu juízo nas ações desenvolvidas e ponderadas suas responsabilidades e as limitações naturais decorrentes do escopo da sua atuação, recomenda a aprovação das Demonstrações Contábeis auditadas do **Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A.**, referente ao semestre findo em 30 de junho de 2018.

São Paulo, 22 de agosto de 2018

COMITÊ DE AUDITORIA

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas do **Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A.**

São Paulo - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A. em 30 de junho de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores:** A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que

as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 24 de agosto de 2018



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Carlos Massao Takauti
Contador - CRC 1SP206103/O-4

BANCO SUMITOMO MITSUI BRASILEIRO S.A.

C.N.P.J. 60.518.222/0001-22

Associado ao SUMITOMO MITSUI BANKING CORPORATION - Tokyo - Japão

Sede: Av. Paulista nº 37 - 11º e 12º andares - São Paulo

Fax nº 0xx11 - 3178-8194 - Tel.: 0xx11 - 3178-8000 - Ouvidoria: 0800.722.2762 - Sac: 0800.722.0248

www.smbcgroup.com.br



SMBC

BANCO SUMITOMO MITSUI
BRASILEIRO S.A.